

A construção do lugar na cidade planejada: um olhar sobre Nova Jaguaribara

Building of a place in the planned city: taking a look at New Jaguaribara

Maria Anezilany Gomes do Nascimento



Resumo

Este artigo apresenta a cidade de Nova Jaguaribara sob o viés do lugar, conceito-chave da Geografia Humanista, uma corrente da ciência geográfica que considera a importância da subjetividade, da percepção espacial, dos sentimentos e das sensações na relação ser-mundo. Nova Jaguaribara foi planejada e construída para reassentar os moradores de Jaguaribara, hoje inundada pelo açude Castanhão, construído no médio vale do rio Jaguaribe, Ceará. A pergunta norteadora desse texto é: como se dá a construção do lugar, pelo jaguaribarense, na nova cidade? Através da fala dos moradores, foi possível interpretar as percepções e os sentimentos com relação à paisagem e ao território, nesse novo espaço. Constituindo-se em importante ferramenta metodológica, sobretudo quando aliada às observações e à cartografia da cidade, os registros fotográficos e iconográficos obtidos no trabalho de campo. A distância do rio Jaguaribe, importante variável da pesquisa, o aumento no custo de vida, em virtude dos novos serviços e equipamentos urbanos e a falta de reestruturação econômica (embora este item estivesse assegurado no Projeto Nova Jaguaribara) resultaram em dificuldades cotidianamente sentidas pelo jaguaribarense, ao se verem a braços com a necessidade de reconstruir o seu lugar, na nova cidade.

Palavras-chave: **Lugar. Geografia Cultural. Território jaguaribarense.**

Abstract

This article focuses the New Jaguaribara town (in Ceará state, Brazil), concerning the place itself, the key-conception of Human Geography that considers the importance of subjectivity, spatial perception feelings and sensations of being-world relation. New Jaguaribara was designed and built to shelter the inhabitants of old Jaguaribara, today overflowed by the Castanhão artificial lake (built in the medium valley of the Jaguaribe river, Ceará). The main question of this research is related to the very building of the place by the occupiers of the new town. The occupier's opinion through which was possible to decodificate feelings and perceptions of landscape and the territory. It was a relevant methodological tool, when linked to the cartography and observation of the town put together to iconographic and photographic records, obtained by the field research. The distance from the Jaguaribe river, an important variant of this research, the inflation of living cost, because of new urban equipments and the lack of an economical reestructure (although this item was assured by the New Jaguaribara project) resulted in the difficulty, perceived daily by the occupiers at the occasion they face the building of their place, in the new town.

Keywords: **Place. Cultural Geography. Jaguaribara territory.**

¹ Maria Anezilany Gomes do Nascimento é Mestre em Geografia e professora da UECE/FAFIDAM. Anuário Estatístico do Ceará (1997). Fortaleza, 1999. JAGUARIBARA. Lei do Sistema Viário de Jaguaribara. Prefeitura Municipal de Jaguaribara, 2001. CEARÁ, JAGUARIBARA. Legislação do plano de estruturação urbana da cidade de Jaguaribara. Prefeitura Municipal de Jaguaribara, 2001. O Povo. O Castanhão. Fortaleza, 24 dez 2002. Documentos: Entrevista com Bernadete Neves, religiosa da Congregação das Filhas de Coração Imaculado de Maria e moradora de Jaguaribara (2002; 2003). Entrevista com Sebastião Negreiros, marceneiro, morador de Jaguaribara (2003). Entrevista com Gilson Bezerra, comerciante, morador de Jaguaribara (2003). Entrevista com Rosângela Pinheiro, comerciante, moradora de Jaguaribara (2001, 2002, 2003). Entrevista com José Ferreira, comerciante, morador de Jaguaribara (2003). Entrevista com Heloísa Araújo, aposentada, moradora de Jaguaribara (2003). Entrevista com Erivanda Gomes, estudante, moradora de Jaguaribara (2001, 2002, 2003). Entrevista com Augusto Pessoa, comerciante, morador de Jaguaribara (2003). Entrevista com Cícera Xavier, lavadeira, moradora de Jaguaribara (2003). Entrevista com Jeso Carneiro, funcionário público, morador de Jaguaribara (2002, 2003). Entrevista com Francisca da Silva, agricultora, moradora de Jaguaribara (2003). Is there any way a possibility to built a citizen media?

1 Introdução

Gaston Bachelard, ao tratar de um lugar, fala da casa. Em seguida, trata de um ente ainda mais especial na casa: o meu canto (em francês: “mon coin”). Bachelard diferencia o lugar de outros espaços, dizendo que o lugar é “meu canto”. Sem o sentimento de pertença (em latim “pertinentia”), um espaço não é meu canto e, conseqüentemente, não é lugar.

A fenomenologia da paisagem adentra a casa. Por conta do projeto de Bachelard, ele não discute o caminho reversivo e oposto, da casa para a rua, da rua para a cidade. A casa é uma cidade e a cidade é uma casa. A cidade também tem cantos, meus e seus.

Se um canto na cidade, uma paisagem, uma edificação ou um conjunto de construções é meu canto, seu canto, canto dele e dela, se passa a pertencer a uma comunidade de sujeitos, então adquire o significado de posse coletiva. Tem o valor reconhecido pela comunidade (em grego: “coionia”). Mesmo que nenhum comuna saiba da existência de uma Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, esses cantos, na cidade, são nossas heranças ou heranças deles; são patrimônio, no sentido original da palavra.

Patrimônio é uma palavra latina (“patrimonium”) e significa “herança do pai”. Por contaminação, também significa bens de uma família. Mais tarde, passou a significar bens de uma coletividade inteira.

“A idéia de posse coletiva, como parte do exercício da cidadania, inspirou a utilização do termo patrimônio, para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto dos cidadãos”. (Maria Cecília Londres Fonseca, O Patrimônio em Processo *apud* CALDAS ALLETE, 1970).

Com todo o respeito, Maria Cecília Londres Fonseca não foi feliz ao dizer que o patrimônio é uma posse coletiva. A palavra posse tem forte conotação econômica e política. Uma posse coletiva significa que o patrimônio tem muitos posseiros que o habitam. Isto é tecnicamente impossível. Em si e por si, um bem, cujo principal valor se situa no plano do simbólico, não é uma posse ou propriedade coletiva, e sim de domínio coletivo.

O problema do Livro de Tombo é diferente do problema do arquiteto, do geógrafo ou de outros estudiosos do espaço. Para o arquiteto, diante da necessidade de projetar, o problema é identificar com

que lugares a coletividade se identifica. Que cantos de uma cidade são os lugares dos cidadãos, pertencem a eles ou com eles os cidadãos se identificam. Ou ainda que lugares são percebidos como patrimônio comunal.

Esses lugares do domínio público ou patrimônios não devem ser descaracterizados. Não podem perder as características que os cidadãos elegeram como predicados essenciais do lugar. Por exemplo: imagine o Rio de Janeiro sem o Cristo Redentor. Se isso é difícil de imaginar, então o Cristo é um lugar, para uma coletividade inteira; o Cristo é o Rio. O Cristo é patrimônio cultural do Rio.

Identificar um bem que adquiriu “status” de patrimônio nem sempre é fácil, mesmo no universo da Arquitetura ou no da Geografia. Há bens arquitetônicos cujo valor é afetivo e não apenas plástico. O valor afetivo é tão forte que o objeto perde o valor simplesmente porque saiu do lugar. Há uma velha parábola em que se traduz o valor do lugar, na identidade do patrimônio.

Há alguns anos, um fazendeiro texano, rico, resolveu construir para si mesmo uma História Universal. Contratou um grande escritório de arquitetura para comprar, transportar e montar, ao lado de sua casa, uma capela portuguesa do século XVIII, que ele visitara quando pela primeira vez esteve em Portugal.

Cada peça da capela foi numerada, fotografada, filmada e remontada exatamente como no original. Todo o processo custou uma fortuna, levando 19 meses para ser concluído. Mas, um dia, chegou a seu término.

Quando tudo estava pronto, o velho fazendeiro texano foi vê-la. Chegou, olhou e não conseguiu esconder certa decepção. Naquele dia, ele percebeu que havia gasto uma fortuna para comprar uma edificação cuja pobreza era franciscana, não exibindo o esplendor de que ele se lembrava, quando viu aquela mesma capela pela primeira vez. Era somente um templo de adobe e cal, típico de uma comunidade pobre de pescadores portugueses. Faltava algo pelo qual havia pago e que não estava ali.

Com a arrogância típica da maioria dos homens ricos, dos poderosos e dos ignorantes, ele se voltou para o arquiteto responsável pelo transporte da capela setecentista e disse:

- Sei que está faltando alguma coisa. Não paguei uma fortuna para ser enganado. Veja o que é, Sr. Arquiteto, e providencie!

- Está mesmo faltando algo, Mr. Smith: falta o solo português.

2 O templo, o mercado e outros objetos arquitetônicos edificados e não edificados em Jaguaribara².

Alguém disse que, no silêncio, não há música, mas a pausa também faz parte da música. Por semelhança, no espaço não edificado não há objetos arquitetônicos, mas o vazio também faz parte da arquitetura.

Jaguaribara não é uma cidade como as outras. Após a remoção dos moradores, em 2003, em virtude da construção da Barragem do Castanhão, iniciada em 1995 e concluída em 2003, a cidade foi dividida em quatro partes:

a) Uma cidade ficou sob as águas do açude Castanhão. E o jaguaribarense a chama de Velha Jaguaribara;

b) a segunda foi construída a montante. É a Nova Jaguaribara;

c) a terceira parte ficou nos registros da falta relatada pelos moradores que viveram na cidade alagada. Ela nasceu entre 2002-2004, na medida em que a velha cidade, o antigo distrito-sede, foi sendo destruído, abandonado e inundado. Ela é o Patrimônio de Jaguaribara;

d) a quarta parte é a cidade de Max Weber. A cidade como lugar de mercado ou arranjo produtivo e os meios de trabalho próprios do lugar. A última cidade será chamada de Arranjos de Jaguaribara.

2.1 A Velha Jaguaribara

A trilha³ que leva a Nova Jaguaribara perpassa um lugar em cuja geo-história se inscreveram os fluxos, os sons, o cotidiano, as formas e as texturas que deram sentido à vida do jaguaribarense. Esse lugar é a Velha Jaguaribara.

Jaguaribara, 227 km ao sul de Fortaleza, situava-se no Médio Jaguaribe, na margem esquerda do rio, entre as coordenadas geográficas aproximadas 5° 10' e 5° 45' Sul e 38° 45' Oeste. Tinha uma área de 731 km². Limitava-se, ao norte, com o município de Alto Santo; ao sul, com Jaguaribe; ao leste, com Iracema e, a oeste, com Jaguaretama. Fazia parte da Região Administrativa

do Estado do Ceará número 11. Tinha um único distrito, Poço Comprido, antes localizado a 18 km da Velha Jaguaribara e hoje incorporado à malha urbana da Nova Jaguaribara.

O Município sobrevivia da pesca no rio Jaguaribe, que cortava o antigo distrito sede. Para quem entrava de carro na cidade, pela rodovia, o Jaguaribe era o último elemento da rota.

A agricultura de subsistência era outra estratégia de sobrevivência local (Cif. IBGE: 1996). Nas terras úmidas das margens do rio, a agricultura tradicional, de milho, arroz e feijão, englobava os produtos do Município. Havia, também, pequenos e médios criadores de gado bovino.

Apresentava números pouco expressivos na formação da receita econômica do Ceará. Em 1997, eram 12 pequenas indústrias e 115 pontos comerciais. A receita do Município montava em R\$ 2.551.801 (dois milhões quinhentos e cinquenta e um mil e oitocentos e um reais) e a arrecadada pelo Estado era de R\$39.871,79 (trinta e nove mil oitocentos e setenta e um reais).

O anúncio da construção da Barragem veio em 1995.

Em 1998, quando a remoção dos moradores do distrito-sede de Jaguaribara, motivada pela construção da Barragem do Castanhão, já estava decidida, houve redução no número de estabelecimentos comerciais. Ficaram seis microindústrias e 106 pontos comerciais. A receita municipal, segundo o IPLANCE, é de R\$3.094.760,00 (três milhões noventa e quatro mil setecentos e sessenta reais), o Estado arrecada, do Município, R\$ 46.539,00 (quarenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais).

Os moradores se concentravam num conjunto urbano compacto.

O Município, antes de se emancipar (em 1957), chamava-se Santa Rosa. Profundamente marcado pela religião, cuja espacialidade já se manifestara intensamente no ano de 1979, quando do início da Pequena Fraternidade de Jaguaribara, nucleada pelas irmãs Maria Carmelita Gonçalves e Maria Bernadete Neves. O grupo religioso teve importância fundamental na luta dos moradores pelo impedimento da construção do Castanhão.

² Nova Jaguaribara é aqui apresentada a partir das impressões obtidas durante pesquisa realizada entre 2001 e 2003 e a partir dos depoimentos dos moradores, pelos quais pudemos extrair os elementos da paisagem e do novo território que se constrói com a mudança.

³ Trilha é o caminho que vai sendo construído a medida que o caminhante pisoteia o mato.

Muitos jaguaribarenses resistiram à construção da barragem, tal como estava projetada. O movimento *Não ao Castanhão* foi criado em 1985, ano do primeiro anúncio da construção da barragem. Ambientalistas que se opunham à realização da obra apoiaram os moradores, respaldados nos seguintes pressupostos técnicos:

- O Rio Jaguaribe estava perenizado pelo Açude Orós, com uma vazão de 12 m³/s, a mesma prevista pelo projeto do Castanhão;
- haveria salinização dos solos do Baixo Jaguaribe;
- a evaporação anual, no Castanhão, seria de 6.800.000.000 m³/ano.

A proposta dos resistentes era a construção de três barragens menores e a permanência do distrito sede de Jaguaribara onde ele estava, desde sua fundação.

O governador Tasso Ribeiro Jereissati (1994-2002) não aceitou a proposta de construção das três barragens pequenas, mas baixou a cota da nova barragem, de 100m para 65m. A obra é iniciada em 1995 e, por falta de recursos, paralisada quatro vezes.

No mesmo ano de 1995, é anunciada, oficialmente, a transferência da Velha Jaguaribara para a nova sede.

2.1 O banco de Amarílio Félix e outros objetos biográficos

A necessidade de mudar foi um divisor de águas na história dos jaguaribarenses. O medo, a falta, a mudança, eram acompanhados do desejo de manter um elo com o tempo e os espaços perdidos. Essa falta leva à criação da Casa da Memória, fundada em 1998, com o apoio do Instituto de Memória do Povo Cearense, (IMOPEC).

A Casa testemunha não é lembrança contemplativa em Nova Jaguaribara. É uma recordação que “nos parecerá algo semelhante ao sonho, ao devaneio, tanto contrasta com nossa vida ativa”. (BOSI, 2001, p. 408) Dessas recordações, os sujeitos da narração geralmente são os mais velhos, memorialistas dos conflitos e celebrações mais antigos. Os objetos e histórias de luta dos vencidos se opõem à História oficial.

“Meu pai lutou até a morte, ao lado de Cícero Flor e Anísio Barreto”. (Raimunda Freitas, 52 anos, filha de Vicente Alves Freitas, sobre a luta contra o Castanhão).

Trata-se de uma memória voltada para a ação; uma memória militante, inconformada, que narra a história construída antes do Castanhão. A barragem vai torná-la História dos brasileiros removidos pela construção de barragens.

“Depois de todas as visitas que fizemos às barragens que cobriam as cidades, nenhuma se preocupou tanto assim com a questão da cultura. Essa era assim uma questão vaga, nas outras barragens. (...) Nós começamos a juntar peças dos moradores, o que podia representar cada morador. Em 21 de agosto de 1998, a Casa já estava pronta para a inauguração... (Jeso Carneiro, 41 anos, um dos fundadores da Casa)”.

Os Objetos Biográficos (cif. Viollete Morin *apud* Bosi, 1994, p. 441) incorporam-se à vida de seus possuidores e envelhecem com eles. Alguns atravessam gerações, como os que foram doados à Casa. É o caso do banco de madeira de seu Amarílio Félix, com idade estimada em mais de 150 anos.

“O banco, pelo que eu sei, foi de meu bisavô. Aí, passou pra meu avô. De meu avô, ficou para os filhos e dos filhos ficou para os netos. Em 1941, meu primo, o finado Zé, que tinha ficado com aquele banco, disse que ia vender. Eu disse: ‘não, o banco de *paizim*, se você vindo vender, eu compro’. Comprei por vinte mil réis” (Amarílio Félix, 75 anos, em trecho do documentário Jaguaribara: Pelos caminhos da memória, IMOPEC/Instituto Nosso Chão, 2001, VHS, 25 min).

Quanto mais voltados ao uso do cotidiano fossem tais objetos, com sua individualidade e riqueza de significado, mais forte o elo com o passado. A Casa da Memória guarda o chapéu e a roupa que o pai da jaguaribarense Adeci Barreto usava na hora da morte. Para ela, lá é mais seguro. Lá, ficará o que ela deseja lembrar: um pilão, o moinho da mãe, o ferro da avó... (Adeci Barreto, 52 anos).

A Casa é transferida para a nova planta urbanística, em 2000, quando se inicia a mudança dos jaguaribarenses.

2.2 Nova Jaguaribara

Em 2001, é inaugurada a Nova Jaguaribara, a 55 km do antigo distrito-sede. Uma nova ponte sobre o Rio Jaguaribe dá acesso aos moradores da cidade, que chegam pela estrada federal BR 116.

O Município passa a ter os seguintes limites: ao Norte, o município de Morada Nova; a Leste, Alto Santo

e Iracema; ao Sul, Jaguaribe e, a Oeste, Jaguaretama. A área é de 595,60 km² e a população residente de 8730 habitantes. (IBGE, 2000). Em 1991, era de 7718 habitantes.

A homilia da missa de inauguração da cidade, realizada em 25 de setembro de 2001, reafirma o que o governo dizia: uma cidade construída pela coletividade, pelo comum acordo e que seria a morada provisória até a chegada à Terra Prometida.

A barragem Padre Cícero, nome oficial do Castanhão, foi inaugurada ainda incompleta (98%), em dezembro de 2002. Informativos distribuídos pelos moradores durante a solenidade denunciavam: 367 famílias aguardavam assentamento (O Povo, Fortaleza, 24 dez 2002).

Novas reivindicações foram feitas, durante as chuvas de fevereiro de 2004. As famílias da zona rural têm direito aos projetos de irrigação assegurados pelo governo estadual, que, até março de 2004, não haviam sido implementados.

A Secretaria de Turismo e Comunicação Social, da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, informa que 815 famílias foram cadastradas para o processo de permuta da casa antiga pelos 3 modelos das novas residências. As trocas são assim: casas de 50 m²; em lote de 360 m², para os moradores que tivessem uma casa de taipa ou uma casa de alvenaria até 50 m²; casas de 75 m², em lotes de 360 m², para os moradores que tivessem uma casa entre 51 m² e 75 m²; casas de 100 m², em lotes de 540 m², para aqueles que tivessem uma casa entre 76 m² e 100 m²; casas de 125 m², em lotes de 540 m², para os que tivessem uma casa entre 101 m² e 125 m²; casas de 150 m², em lotes de 720 m², para os que tivessem uma casa maior que 125 m².

Havia, ainda, 215 famílias de moradores sem casa própria.

Um projeto de casas a serem feitas em mutirão foi inviabilizado, por conta da distância entre as casas da Velha Jaguaribara e o mutirão na Nova. O governo estadual, então, determinou a construção de casas que seriam pagas depois, em horas de prestação de serviço à Prefeitura. São casas de 36 m² em lotes de 180 m², conjugadas, de 10 a 10.

Além destas 1030 moradias, foram construídas ainda 55 casas do Projeto Habitar Brasil, conjugadas,

de dois a dois, destinadas às famílias da zona rural que optaram por morar na sede. Total: 1085 casas.

As famílias da zona rural foram indenizadas pelo valor do terreno e por benfeitorias. Diante do limite de indenização, o governo criou uma norma especial, que assegurava o pagamento de R\$ 11.800 aos moradores da zona rural e o apoio a essas famílias, que poderiam se dirigir a um projeto de reassentamento. Para tanto, o governo estadual garantiu a construção de uma península chamada Curupati, em área de aproximadamente 720 hectares, onde se desenvolveria um projeto de piscicultura, em fase de licitação até o final de 2002.

O outro lado da península correspondia à área onde se desenvolveria um projeto de irrigação voltado para 123 famílias. A maior parte delas vem do distrito de Poço Comprido e das comunidades de Jaburu, Estreito e Ilha Grande.

Além do Curupati, outros projetos de irrigação foram negociados, dentre os quais destaque-se: o Mandacaru, que assentaria 176 famílias; Novo Alagamar, onde 120 famílias ficariam assentadas, além dos projetos de sequeiro: Barra II e Vila Mineiro, ao lado da BR116 e, ainda, o Sossego Contendas.

De 1985 até 2001, passaram-se 16 anos de controvérsias, resistência e negociação entre Estado e comunidade. Houve, nesse intervalo, um saldo populacional considerável, principalmente no que se refere às décadas de 1980 (8127 habitantes) e 1990 (7718 habitantes).

Os números disponibilizados pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará (SEINFRA) são referentes ao cadastro publicado pelo DNOCS, após levantamento imobiliário realizado em agosto de 2000. Segundo este cadastro, foram removidas 892 famílias para a sede urbana, correspondendo a 3651 pessoas.

2.3 Está nascendo uma nova cidade. Seja bem-vindo!⁴

Na concepção urbanística da nova cidade, lotes amplos, em torno dos principais equipamentos urbanos; uma configuração espacial bem diferente do conjunto urbano compacto da cidade antiga. Todavia, a realocação dos moradores seguiu a ordem do desenho urbano anterior, no que se refere à entrada principal da cidade.

⁴ Saudação que sinaliza a entrada no novo distrito-sede (Governo do Estado Ceará, 2000)

A ocupação se deu a partir das quadras localizadas na confluência com a BR-116, em direção ao Hospital Municipal.

A melhoria significativa nos serviços urbanos de comunicação, abastecimento de água, sistemas de coleta e tratamento de esgoto e eletrificação, ganham, no discurso do governo, um caráter de melhoria no padrão de vida, por serem serviços antes indisponíveis aos moradores.

Aos equipamentos de uso institucional, existentes na Velha Jaguaribara, foram acrescidos: um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), um fórum, uma estação de captação e tratamento d'água, uma estação de tratamento de esgotos, um aterro sanitário, uma pista de pouso, um parque de vaquejada e um terminal rodoviário.

Deve-se ressaltar que a existência do terminal rodoviário não tem garantido um eficiente sistema de transporte interurbano, no Município. Se antes havia regularidade no transporte de passageiros para a capital e cidades vizinhas⁵, observa-se, atualmente, a ineficácia desse setor. Há apenas um único horário de saída dos ônibus interurbanos com destino a Fortaleza, diariamente. O terminal acabou sendo lugar de parada para transportes alternativos.

As unidades de vizinhança são definidas pelo sistema viário que faz a ligação interquadras, a partir das vias locais. Nos arruamentos preenchidos pelas quadras, não há casas geminadas, à exceção daquelas de mutirão e do Projeto Habitar Brasil. Há espaços de extensão notável, entre uma e outra habitação. Diante de alguns depoimentos, é a casa, o lugar do abrigo, do refúgio, do confinamento e, também, lugar de maior estranheza.

A ruptura do mapa afetivo se materializa no campo interior e exterior à casa, uma vez que a reconstrução do imaginário urbano na cidade planejada passa por perdas nas relações de vizinhança, quebra da proximidade física entre os moradores. Passa, ainda, pela adaptação aos novos equipamentos, à nova infraestrutura construída, com mais serviços e equipamentos do que eram oferecidos na cidade hoje submersa; passa também pela adaptação aos espaços reproduzidos: mencione-se a Paróquia de Santa Rosa de Lima e da

Igreja São Vicente de Ferrer, replicadas de acordo com a reivindicação da comunidade.

As relações de proximidade, importante suporte material na construção da memória e do patrimônio histórico, foram suplantadas, uma vez que nem todos os moradores mantiveram suas redes de vizinhança, agora condicionadas pelo desenho urbano. A imposição dessa arquitetura é mais patente para os velhos, que, em sua condição natural de retraimento, são os que sofrem mais profundamente: as casas dos amigos ficam mais afastadas, as distâncias a percorrer mais longas.

“Lá as casas eram conjugadas, todo mundo estava nas calçadas à noite. Aqui, as casas oferecem uma qualidade de vida melhor, mas distanciaram um pouco as pessoas e até a área [alpendre], que é uma coisa boa do ponto de vista da qualidade. A cidade, em consequência disso, ficou bem maior. Mas, para o pessoal que se criou a vida inteira em cinco minutos cruzando a cidade inteira, de repente se vê num espaço onde, para sair de casa, vamos dizer, para as imediações aqui do hospital, anda-se dois quilômetros”. (Irmã Bernadete, 61 anos)

Não há dúvida de que a casa é o elemento-referência para o morador. Mas, das variáveis e elementos identificados nas entrevistas que deram sentido à realização desta pesquisa, há de se dar ênfase a um, que, a despeito de constituir parte da pauta — o que condicionou o morador a falar sobre ele — foi previamente citado em todas as entrevistas: o rio. Elemento, marco, referência, que mantém o jaguaribarense ligado ao seu antigo *espaço vivido*.

O pescador, a lavadeira, a aposentada, o comerciante, a agricultora, ao serem indagados sobre a casa, a rua, o lazer, as estratégias de sobrevivência, sempre têm respostas relacionadas ao rio Jaguaribe, que, no dizer dessa gente, ficava “na soleira da porta”, tanto na sede quanto em Poço Comprido, único distrito. O rio Jaguaribe, o mais importante recurso hídrico da região, nasce na serra da Joaninha, sertão dos Inhamuns, e desemboca no Atlântico, no Município de Aracati. Seus afluentes, no município de Jaguaribara, são: Córrego do Pebá, Córrego da Várzea, Riacho do Velame, Riacho do Junqueira, Riacho do Foveiro, Riacho do Mané Lopes e Riacho do Sangue.

A falta do rio está diretamente ligada a uma importante variável identificada na pesquisa: a distância.

⁵ Na cidade antiga, a Empresa Ouro Verde era responsável pelo transporte inter-urbano até o ano de 1999 quando a Empresa Rio Jaguaribe comprou o direito de conduzir o jaguaribarense.

“O rio era muito bom, pertinho. Era bem pertinho: saiu, passeou um pouco, tava no rio. Achava muito bonito lá. Aqui eu ainda não vi o rio. Ainda não deu tempo eu chegar lá”. (Sebastião Negreiros, 75 anos).

Mais que um elemento da paisagem, acidente geográfico ou marco, o rio era parte da identidade do morador ribeirinho, o “beiradeiro”. Mesmo para os moradores mais afastados das águas do Jaguaribe, o novo distrito-sede destruiu a relação de proximidade entre a cidade e o rio, modificando as estratégias de lazer, o sentido de certos hábitos e de certos dias.

“Ah, o banho no domingo, né? Era muito próximo, tinha aquela peixada na beira do rio, a gente sempre freqüentava sábado e domingo, aqui pra ir pra lá — porque o banho aqui é debaixo da ponte, tem ponte aqui — mas não é como lá, nunca é. Porque lá era pertinho, mesmo aquele que não tivesse um transporte, ia de pés, passava lá o dia todinho. Aqui pra ir é uns três quilômetros ou mais. (Gilson Bezerra, 50 anos)”.

O novo patrimônio não foi apropriado, entesourado pela comunidade. As falas se voltam à Velha Jaguaribara, lugar onde predominava a segurança, nascida da saudade, da fantasia e da falta. Vez ou outra, a mudança veio, para alguns moradores, acompanhada de dúvidas entre o ficar na velha cidade e o levá-la consigo, em pedacinhos, depositando-a numa edificação especial: a Casa da Memória.

3 Patrimônio arquitetônico, o rio, os arranjos produtivos e outras questões inconclusas

Os moradores não discutem as melhorias do ponto de vista da engenharia social. Em alguns casos, a mudança significou a permuta da insegura e abalável casa de taipa do beijo do rio⁶, para uma residência de alvenaria. Entretanto, observa-se um descompasso entre as perspectivas de desenvolvimento econômico, apresentadas nos projetos do Governo, e a falta de possibilidades reais de reestruturação econômica.

O governo estadual havia negociado com a comunidade o incremento de novas atividades, possíveis fontes de divisas para o Município:

- I. a agricultura irrigada, projeto Curupati Irrigação, através da qual haveria capacidade de geração de empregos diretos;
- II. Projeto Mandacaru, de agricultura também irrigada, devendo assentar 176 famílias;
- III. Novo Alagamar de Irrigação, para 120 famílias;
- IV. dois projetos de agricultura de sequeiro: Barra 2 e Vila Mineiro;
- V. o Projeto Curupati Peixe, através de um programa de alevinagem “bem conduzido, aliado à capacidade de reprodução no reservatório das espécies de peixes já existentes no rio Jaguaribe” (sic). O projeto conduziria a uma captura de cerca de 7700 t/ano no Castanhão. (Projeto Nova Jaguaribara, Secretaria de Desenvolvimento do Meio ambiente, Governo do Estado do Ceará, 1996).

A despeito das propostas, verifica-se haver atrasos reiterados, no desenvolvimento de tais projetos. O programa de piscicultura, Curupati-Peixe, estava previsto para funcionar até o final de 2002. As obras do Alagamar e Mandacaru, projetos de irrigação, foram iniciadas ao final de 2001 e ainda não estão concluídas.

A lentidão na instalação de tais projetos reflete a dificuldade de adaptação à realidade posta, sentida especialmente pelos moradores que pertenciam à zona rural e não precisavam estar associados a projetos para garantir a auto-sustentação. Além disso, esses moradores, provenientes de uma realidade espacial agrícola, passam por outra dificuldade: pagar os serviços de água, esgoto e energia, distribuídos sobre o território urbano.

“E o impacto é maior porque uma pessoa que viveu a vida inteira numa liberdade, criando seu gado numa zona rural, criando galinha, de repente, chega numa cidade com os murinhos baixos, com outra estrutura, pagando cada gota de água dobrado, porque paga água e paga o esgoto, então isso tem provocado uma dificuldade de as pessoas se adaptarem e alguns até já foram embora, já existem casos de pessoas que se mudaram porque não se adaptaram ao novo modo

⁶ Os moradores das casas de taipa, iminentes e passíveis de inundações, na época de chuva, receberam, com a transferência para a cidade nova, uma casa com extensão referente a 50 metros. Deve-se fazer menção, ainda, àqueles moradores que não possuíam moradia em Jaguaribara. Não participaram do processo de permuta, mas receberam uma residência, construída pela SEINFRA (sem regime de mútuo), em troca de serviços à prefeitura, como forma de pagamento.

de viver” (Bernadete Neves, 61 anos, religiosa da Congregação das Filhas de Coração Imaculado de Maria).

O depoimento indica que a distância entre a cidade e o Castanhão vem acompanhada de danos que dizem respeito às questões de autonomia do trabalhador e da trabalhadora e às redes de sociabilidade mantidas na principal forma de entretenimento para os jaguaribarenses.

Remanejar as famílias para projetos improdutivos significa subtrair-lhes:

- a) a sobrevivência, vinda da pesca e da produção nos solos férteis das vazantes.
- b) as possibilidades de trabalho e autonomia, uma vez que os projetos não estão em funcionamento; não há outras opções de trabalho na Nova Jaguaribara e muitos desses moradores não estão aptos para outra atividade, senão a agricultura.
- c) o sentimento topofílico (Tuan: 1980), haja vista que a maioria dos habitantes é de pequenos agricultores, hábeis a trabalhar junto com a terra. Seu apego ao lugar vem da experiência com a natureza; sua devoção à terra vem da segurança que ela proporciona e seu orgulho vem da habilidade da própria força física e da vontade em transformar o solo em terra produtiva.

Alguns pescadores deslocam-se até 50 km de distância, entre a sede antiga e a nova, para pegar o peixe. Além deles e dos agricultores e agricultoras de vazante, um outro grupo foi diretamente atingido pela falta do rio: as lavadeiras. A transferência representa o desmonte de sua principal, senão única atividade de sobrevivência, tendo em vista a dificuldade em pagar a conta d’água, recurso antes disponível às margens do rio e do Açude do Velame.

Das 24 lavadeiras de roupa pertencentes à Associação, 23 lavam a roupa em casa, desde que chegaram à Nova Jaguaribara. Só conseguem isso porque o prefeito tem pago a conta de água. Apenas uma das lavadeiras vai a pé de sua casa, no distrito-sede, até o rio, realizando diariamente um percurso de aproximadamente 3 km, carregando de 5 a 20 kg de roupa.

Se antes “era simplesmente abrir a porta do quintal e se estava no rio” (Irmã Bernadete), as atividades

ou o lazer só são atualmente permitidos a quem tem carro ou moto. Para a maioria dos moradores, o Jaguaribe, de lugar torna-se lugar de passagem, embaixo da ponte pela qual atravessam quando viajam para outros municípios.

Nova Jaguaribara ceifou o arranjo produtivo que assegurava a sobrevivência das pessoas. Transformou construções simples e casas velhas em patrimônio histórico da arquitetura urbana, o que seria impensável se as pessoas não tivessem sido removidas pela barragem.

A pesquisa mostrou, ainda, que o rio Jaguaribe, mesmo não fazendo parte do desenho das casas, fazia parte do desenho das moradias, dos lugares, da memória e da história do lugar. No Jaguaribe não havia nenhuma casa de jaguaribarenses, mas nenhum jaguaribarense morava fora do seu rio.

Referências

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FERRARA, L. *Um olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1999.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.
- NASCIMENTO, M. A. G. do. *Nem parece o tempo em que vocês jogavam biriba na calçada: o lugar em Nova Jaguaribara*. Fortaleza, 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TUAN, Y-F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Y-F. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

Data do aceite: 2005.